

Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e a promoção do desenvolvimento inclusivo

Tatiana Tomal Brondani dos Santos¹

Ricardo Lobato Torres²

Submissão: 30/10/2021

Aceitação: 28/01/2022

Resumo

Sendo a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) um aspecto multidimensional que visa a garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) na defesa de igualdade de oportunidades a todos, o planejamento de políticas públicas que promovam a sua garantia tornam-se potenciais instrumentos de promoção de um desenvolvimento inclusivo. Por meio de uma revisão sistematizada da literatura, o presente trabalho objetiva caracterizar a importância de políticas públicas promotoras de SAN frente a proposta do desenvolvimento inclusivo. Os resultados demonstraram que ao visar não apenas o combate à fome, mas também minimizar o efeito provocado por um processo de desenvolvimento econômico concentrador e socialmente excludente, as políticas públicas promotoras de SAN se tornam importantes instrumentos na promoção de um desenvolvimento inclusivo.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Desenvolvimento Inclusivo. Políticas públicas para abastecimento e segurança alimentar e nutricional.

Public Food and nutritional security policies and the promotion of inclusive development

Abstract

Since Food and Nutrition Security (SAN) is a multidimensional aspect that aims to guarantee the Human Right to Adequate Food and Nutrition (DHANA) in the defense of equal opportunities for all, the planning of public policies that promote their guarantee become potential instruments to promote inclusive development. Through a systematic review of the literature, the present work aims to characterize the importance of public policies that promote SAN in view of the proposal for inclusive development. The results showed that by aiming not only at fighting hunger, but also at minimizing the effect caused by a concentrated and socially exclusive economic development process, public policies promoting SAN become important instruments in promoting inclusive development.

Key words: Food and nutrition security. Inclusive Development. Public policies for food and nutritional supply and security.

1 Introdução

A fome representa o resultado da incapacidade das organizações sociais em satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas, a necessidade de alimentos (CASTRO, 1984). A alimentação representa o próprio direito à vida. Do ponto de vista ético, são inaceitáveis a fome, miséria e a exclusão da cidadania. Negar o direito à alimentação é negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública – UTFPR.

Email: tatitomal@gmail.com.

²Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública – UTFPR.

Email: rltorres@utfpr.edu.br.

Apesar dos recordes na produção de grãos, o Brasil ostenta um quadro preocupante de miséria e pobreza rural. Uma grande parcela da população rural encontra-se vulnerável a fome, uma vez que não produz alimentos para seu autoconsumo, tendo sua produção voltada apenas ao mercado (BELIK, 2003a).

O problema da fome e da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) ainda acomete milhões de pessoas no mundo. No entanto, as necessidades alimentares de todos os habitantes do planeta poderiam ser atendidas pela atual produção mundial de alimentos. Desta forma, a existência da fome vincula-se principalmente à falta de acesso ao alimento e não a sua insuficiência de produção. Nesse contexto, erradicar a fome torna-se uma tarefa de todos na busca do pleno exercício da cidadania (ROSANELI et al., 2015).

Além da fome, a INSAN pode se manifestar em outros aspectos como na obesidade ou na inadequada ingestão de nutrientes. No Brasil, a desnutrição, o subconsumo e as doenças causadas por alimentos inadequados expressam a desigualdade na distribuição dos direitos de acesso aos alimentos, bem como a outros bens de consumo e a serviços públicos fundamentais (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

Os dados recém-divulgados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), realizada por meio da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) no ano de 2017-2018, trazem um alerta para o aumento da INSAN entre os brasileiros antes mesmo de vivenciarmos os atuais impactos da pandemia da COVID-19. As situações de INSAN são impeditivas para a concretização do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) e podem estar ligadas a disponibilidade, ao acesso, ao consumo, a produção, a utilização biológica dos alimentos e as questões sociais, políticas e econômicas (GUERRA; CERVATO-MANCUSO; BEZERRA, 2019).

A pobreza é considerada uma das grandes causas da INSAN por impedir o cumprimento do direito básico a alimentação ao dificultar o acesso aos alimentos e aos meios de produção (FAO, 2006). O reconhecimento de que a incapacidade de acesso é o principal fator determinante da INSAN no Brasil reforça a importância do foco prioritário das políticas públicas de abastecimento e promoção à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para o acesso das populações de baixa renda aos alimentos (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996; SCHMITT, 2005).

Assim, a alimentação e a nutrição são questões relevantes para a saúde pública que têm mobilizado organizações e países para a criação e implementação de políticas públicas que visam à garantia e a efetivação do DHANA (GUERRA; CERVATO-MANCUSO; BEZERRA, 2019). Além de ser possível, a erradicação da fome precisa ser acolhida como um compromisso indeclinável de todos os governos nacionais (ROSANELI et al., 2015).

Desenvolvida a partir da herança dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 representa um compromisso firmado por líderes mundiais na abordagem de problemáticas em prol de um desenvolvimento sustentável. Muitas destas problemáticas, incluindo a fome, são consideradas fatores limitantes ao desenvolvimento em países de baixa renda (DJONÚ et al., 2018). Essa necessidade de repensar o desenvolvimento devido à preocupação das implicações distributivas dos processos de crescimento, fez surgir na literatura a preocupação pelo crescimento pró-pobre e pelo crescimento inclusivo (RANIERI; RAMOS, 2013).

O presente trabalho objetiva caracterizar a importância de políticas públicas para abastecimento e promoção da SAN frente a proposta do desenvolvimento inclusivo. Justifica-se tal pesquisa pela escassez de estudos que avaliem as políticas públicas para esse fim e pela prevalência de INSAN em países como o Brasil. Cabe destacar, que este artigo configura-se em uma versão revisada de estudo desenvolvido por Santos e Torres (2021), intitulado “Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e a Promoção do Desenvolvimento Inclusivo”, apresentado no 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC), em 2021, e publicado nos anais do evento.

2 Metodologia da pesquisa

Para a construção dessa pesquisa, realizou-se uma abordagem qualitativa através de uma revisão sistematizada da literatura. Essa ocorreu por meio de um processo estruturado de busca, dividido em duas fases: (i) seleção do banco de artigos brutos e (ii) filtragem do banco de artigos. O objetivo foi identificar partes específicas e relevantes de publicações, que apresentassem as características da SAN e do desenvolvimento inclusivo, sendo essa a proposta desse artigo.

Para a seleção do banco de artigos bruto foram definidos dois eixos de pesquisa: “1 – Desenvolvimento Econômico Inclusivo” e “2 – Segurança Alimentar e Nutricional”. Na sequência, definiu-se as respectivas palavras-chave: (1) “Desenvolvimento econômico”, “Desenvolvimento”, “Desenvolvimento Inclusivo” e (2) “Segurança Alimentar e Nutricional”, “Segurança Alimentar”, “Fome”. A partir da definição das palavras-chave, 9 diferentes possíveis combinações entre as palavras-chave dos eixos de pesquisa com o uso da expressão *booleana* “AND” foram formadas.

Estas combinações possibilitaram buscas na base de dados Scielo contida no portal de periódicos da CAPES, a qual justifica-se a escolha pela sua relevância científica.

Com o procedimento de busca inicial, selecionou-se um banco de 267 artigos brutos. Na sequência realizou-se o processo de filtragem com a leitura de títulos de todos os artigos, o que possibilitou excluir os artigos: duplicados e realizados em outros países que não o Brasil. A escolha de estudos nacionais justifica-se pelo objetivo deste artigo em avaliar as políticas públicas locais promotoras de SAN e de desenvolvimento inclusivo.

Ao selecionar os títulos com alinhamento aos eixos de pesquisa definidos, obteve-se um total de 46 artigos, os quais foram submetidos à leitura de seus resumos. Obteve-se 25 artigos com resumos alinhados aos eixos de pesquisa definidos, os quais foram submetidos à leitura integral para confirmar o alinhamento ao tema, e finalmente compor o portfólio bibliográfico final totalizando 5 artigos, conforme resumido na Tabela 1.

Tabela 1 - Revisão Sistematizada da Literatura

Filtros Aplicados	Número de Artigos
Filtro 1 - Combinações dos descritores	267
Filtro 2 – Após eliminação de duplicidades, país estudado e alinhamento do Título com eixos de pesquisa.	46
Filtro 3 – Após leitura dos resumos	25
Portfólio Final	5

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Destaca-se que os 5 artigos selecionados no portfólio final não abordaram exatamente o mesmo objetivo deste estudo, visto que nenhum deles abordou o tema do desenvolvimento inclusivo explicitamente. No entanto, eles apresentaram características muito similares as deste estudo ao abordar a importância de políticas de SAN na busca por um crescimento econômico com equidade, estando assim, intrinsecamente relacionados ao tema do desenvolvimento inclusivo. Para a caracterização bibliográfica desta pesquisa foram consideradas informações presentes não apenas nos artigos do portfólio final, mas também nos demais artigos que foram lidos na íntegra.

3 Resultados e discussão

Esta seção apresenta a análise realizada dos textos obtidos por meio da revisão sistematizada da literatura. Inicia-se com um recorte histórico da produção agrária no Brasil em um contexto econômico voltado ao estímulo da industrialização visando o crescimento

econômico. Em sequência conceitua-se brevemente desenvolvimento inclusivo. Apresenta-se então conceitos relacionados à SAN. Finaliza-se com uma breve caracterização de algumas das políticas públicas de abastecimento adotadas nas décadas recentes que se relacionam com à SAN, visando o combate à fome e minimizar o efeito provocado por um processo de desenvolvimento econômico concentrador e socialmente excludente.

3.1 A produção agrária frente às políticas industriais: A transformação da agricultura brasileira

No Brasil da década de 30, a *commodity* do café possuía um papel de destaque. Nesse período, as bases de um projeto de industrialização foram lançadas pelo então presidente Getúlio Vargas. Em sequência, assistiu-se no século XX a um rápido processo de intensificação de exportação de produtos primários processados e abertura ao capital estrangeiro (JACOB; CHAVES, 2019).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a fome tornou-se preocupação mundial crescente. Havia a tarefa de alimentar uma nova população que teve suas áreas agrícolas e sua infraestrutura destruídas pela guerra (BELIK, 2003a). As dinâmicas introduzidas pelo capitalismo, convertendo os alimentos em *commodities* e em produtos financeiros e especulativos, também possui forte vinculação com a ocorrência dessas crises alimentares (CLAPP, 2012).

Nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial defendia-se que a forma mais eficaz para melhorar as condições de vida das pessoas pobres seria por meio do crescimento com a industrialização (RANIERI; RAMOS, 2013; SUZIGAN; FURTADO, 2006). Inicia-se assim no Brasil um processo de mudança de um país exportador de *commodities* agropecuárias e agroindustriais para um fornecedor de manufaturados e semi-manufaturados (SUZIGAN; FURTADO, 2006).

A grande importância do setor agropecuário no PIB foi considerada por Juscelino Kubitschek como um sinal de atraso econômico e em seu plano de governo apresentava explicitamente a necessidade de reverter esse quadro. Por meio de pesados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infraestrutura econômica, visava acelerar o desenvolvimento econômico, por meio de uma enérgica política de industrialização como forma de transformar o país estruturalmente. Defendia a ideia de que o Brasil vivenciava uma fase de transição, entre um passado agrário e um futuro industrial e urbano (GIAMBIAGI et al., 2016).

No período, a produção agropecuária apresentou uma perda de importância relativa enquanto o setor industrial apresentava um ganho correspondente. Essa transformação da estrutura produtiva do país junto a crescente urbanização da população culminou em mudanças

econômicas e sociais significativas que foram percebidas ao longo do período (GIAMBIAGI et al., 2016).

Com isso, durante os anos 1960 e 1970, a agricultura brasileira passou por uma intensa transformação, incorporando por meio do apoio estatal, práticas agroquímicas e motomecânicas de produção. Esta modernização ocorreu de modo que o setor agrícola se integrasse cada vez mais ao setor industrial (DALMAZ; HIDALGO; NUNES, 2018; GAVIOLI; COSTA, 2011; MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996; MUÑOZ; CARVALHO, 2016).

A penetração do capitalismo na organização da produção agrícola proporcionou a mercantilização do alimento visando a aceleração da acumulação de riquezas. A agricultura foi influenciada pelo processo de industrialização, com a mecanização das infraestruturas e transformações visando a exportação e evolução de demanda interna, por meio de amplas possibilidades de divisão do trabalho e de avanço da técnica. Com isso, formas tradicionais de produção foram destruídas e substituídas gradualmente (FURTADO, 2013).

Novas práticas passam a substituir elementos característicos da pequena agricultura ou da agricultura camponesa. Assim aconteceu com a enxada, a tração animal, a carroça, a colheita manual, entre outros (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Essa modernização permitiu à agricultura transferir renda e fomentar o desenvolvimento urbano-industrial, através da venda de matérias-primas a preços baixos, da compra de insumos e da liberação de mão de obra (GAVIOLI; COSTA, 2011).

Diversos autores já documentaram as consequências deste processo. São alguns exemplos dessas consequências os diversos riscos impostos aos trabalhadores rurais, à biodiversidade, à soberania e à SAN das populações, além do mau uso da terra com a utilização indevida de recursos naturais pela apropriação do capital privado (CARNEIRO et al., 2015; ROCHA, 2013; FAO, 2012; JACOB; CHAVES, 2019).

Esse processo de modernização da agricultura conhecido como Revolução Verde proporcionou incremento na produção agrícola, mas esse não foi suficiente para acabar com a fome e a desnutrição. Ao contrário, enquanto a produção de commodities agrícolas exportáveis aumentou, com consequências boas para o crescimento imediato, ocorreram também consequências péssimas para o futuro do país, uma vez que houve deterioração do salário real e aumento das desigualdades na distribuição de renda (DALMAZ; HIDALGO; NUNES, 2018; GAVIOLI; COSTA, 2011; MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996; OLIVEIRA; JAIME, 2016; SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Esta transformação do alimento em mercadoria com a introdução de tecnologias e inovações ocasionou alguns efeitos perversos. Ao visar a maximização dos lucros em detrimento dos objetivos sociais do desenvolvimento, impulsionou diversas modificações na estrutura social (FURTADO, 2013). Promoveu a destruição do meio ambiente e agravou problemas sociais como a exclusão da população rural com o aumento da concentração populacional em áreas urbanas sem que houvesse um movimento concomitante no sistema educacional e de qualificação de mão de obra. As desigualdades existentes com a concentração de riquezas nas mãos de uma minoria foram agravadas (DALMAZ; HIDALGO; NUNES, 2018; MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996; OLIVEIRA; JAIME, 2016; SCHABARUM; TRICHES, 2019; SUZIGAN; FURTADO, 2006).

Muitos estudiosos dessa época, entre 1960 e 1970, desacreditavam do futuro da produção para o autoconsumo. Acreditavam que a mesma se tornaria residual e perderia sua importância à medida que a modernização da agricultura se consolidasse (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Não se deve desconsiderar a importância dos avanços das tecnologias que envolvem o sistema produtivo, nem da exportação de seus produtos. No entanto, não deve se abandonar a importância da auto-suficiência produtiva como princípio norteador das políticas agroalimentares (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

O autoconsumo é fundamental para minimizar a pobreza no meio rural e assim reduzir a vulnerabilidade e insegurança alimentar entre os agricultores familiares. Torna-se portanto uma relevante estratégia para a reprodução social destas unidades (GRISA; SCHNEIDER, 2008). É indispensável que políticas públicas não desconsiderem a importância da produção para autoconsumo, articulando distintos setores em prol do fortalecimento da agricultura familiar (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

Como no sistema agroalimentar se concentra parte significativa das atividades econômicas da população, esse possui grande importância ao desenvolvimento econômico do país (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996). As críticas a este modelo de agricultura, intensiva em energia e poluidora, se consolidaram a partir dos anos 1980 e 1990 quando a ideia de sustentabilidade emerge no cenário mundial (GAVIOLI; COSTA, 2011).

A discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável insere-se nos desafios relacionados à expansão das monoculturas agrícolas. A necessidade de reformular sistemas alimentares torna-se uma constante nos debates das Políticas de Alimentação e Nutrição em todo o mundo. O mau uso da terra, a comoditização da comida e a oferta indiscriminada de alimentos industrializados foram listadas como as principais falhas no sistema alimentar (JACOB; CHAVES, 2019; OLIVEIRA; JAIME, 2016).

A expansão do mercado internacional de alimentos, a força crescente do agronegócio e a financeirização da agricultura vinculam-se diretamente à atual geopolítica da fome. Tem-se ainda que a maioria das terras que está sendo adquirida na atualidade pelas grandes empresas não é utilizada para a produção de sementes para alimentação (MUÑOZ; CARVALHO, 2016). O destaque da produção de alimentos torna-se marcado por *commodities* que definem os ciclos de produção orientadas a produção em larga escala visando a exportação, geralmente voltados a monoculturas como a cana-de-açúcar, cacau e o café (JACOB; CHAVES, 2019).

Não há como deixar de relacionar ao modelo de desenvolvimento implantado no país a responsabilidade pelo desencadeamento de processos de concentração da renda e da riqueza, gerando desigualdade, exclusão social e pobreza (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996). A mundialização do capital gerou aumento de concentração de riquezas, do desemprego, da pobreza e da fome nos países periféricos. Essas foram consequências de uma concentração de terra em uma economia orientada para exportação do produto primário, sob influência também do modelo de substituição de importações (AMANN; BAER, 2012; DALMAZ; HIDALGO; NUNES, 2018).

A garantia do DHANA em um cenário onde o alimento é mercadoria, submetido às flutuações dos mercados financeiros privados e onde a regulação insuficiente da indústria de alimentos resulta na oferta indiscriminada de alimentos industrializados prontos para consumo são alguns dos grandes desafios impostos ao sistema alimentar brasileiro (JACOB; CHAVES, 2019).

Torna-se crucial repensar o nosso sistema alimentar em uma compreensão de maior sustentabilidade. Em nosso contexto alimentar atual, observa-se uma redução expressiva da biodiversidade concomitante a um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, associado a mudança no perfil nutricional dos indivíduos e a exclusão dos pequenos agricultores dos mercados. Essa crise do modelo produtivista indica a necessidade de ação do Estado por meio de políticas públicas que promovam cadeias curtas alimentares (TRICHES; SCHNEIDER, 2010). As políticas públicas de abastecimento promotoras de SAN, que aliam o acesso de agricultores familiares ao mercado institucional³, são bons exemplos que fornecem respostas articuladas e promovem um sistema alimentar saudável e sustentável.

Ressalta-se que o desenvolvimento de uma sociedade não pode ser compreendido independente de sua estrutura social uma vez que busca além do incremento da eficiência do

³ Por mercado institucional, compreende-se as compras de alimentos realizadas pelas diversas esferas de governo, com o intuito de atender as necessidades de programas e serviços públicos regulares (MALUF, 1999 apud REAL; SCHNEIDER, 2011).

sistema produtivo, também a satisfação das necessidades básicas da população (FURTADO, 2013). Assim, a próxima subseção busca tratar sobre o conceito de desenvolvimento inclusivo apresentando a importância da garantia de equidade junto aos processos de crescimento.

3.2 Desenvolvimento inclusivo

O mundo globalizado é marcado por contrastes. À medida que os progressos da tecnologia promovem o aumento das oportunidades ocorrem também acentuadas tendências excludentes (ARRUDA; ARRUDA, 2007). Quando se fala sobre o conceito de desenvolvimento, as teorias que tratam do tema podem ser visualizadas sob distintas perspectivas. O Desenvolvimento Rural Sustentável diferencia-se de outras bases teóricas do desenvolvimento pela relevância dada às questões culturais e à equidade social, numa perspectiva de coevolução das pessoas com a natureza, tendo em seus princípios a agroecologia (OLIVEIRA; JAIME, 2016).

A visão predominante sobre o desenvolvimento era que, a princípio, o crescimento não apenas produz, mas também requer desigualdade de renda. Acreditava-se que a medida que a renda per capita aumentasse, chegaria um ponto de virada após o qual esta desigualdade diminuiria beneficiando a todos (RANIERI; RAMOS, 2013).

No entanto, observa-se que em alguns países o crescimento rápido foi acompanhado pelo agravamento da desigualdade, falhando em produzir um ponto de virada após o qual a tendência inicial da desigualdade fosse revertida. Com isso, além dessa não recuar, as taxas de pobreza persistiram em níveis elevados. Isso desafiou a noção existente, causando o surgimento de preocupações sobre as consequências distributivas do crescimento (RANIERI; RAMOS, 2013).

Nesse contexto de repensar o desenvolvimento frente as implicações distributivas dos processos de crescimento, surgiu na literatura a preocupação pelo crescimento pró-pobre. Esse estaria preocupado em garantir que as pessoas pobres realmente se beneficiem do crescimento, apontando a necessidade de que os processos de crescimento sejam calibrados para tal objetivo. Isso pode ocorrer ao voltar-se apenas a redução da pobreza ou a melhoria da renda dos pobres em relação aos mais ricos (RANIERI; RAMOS, 2013).

Em meio ao debate sobre crescimento pró-pobre surge o conceito de crescimento inclusivo, que defende a ideia de que crescimento e equidade podem e devem caminhar lado a lado. Relaciona-se à percepção de que processos de crescimento podem ter impactos diferentes não apenas na distribuição de renda, mas também entre grupos e regiões geográficas distintas (RANIERI; RAMOS, 2013). Há várias conceituações que procuram definir crescimento inclusivo,

mas destaca-se a de Rauniyar e Kanbur (2010), que o definem como aquele crescimento associado à igualdade de oportunidades.

As definições de crescimento inclusivo estão intimamente relacionadas às definições de crescimento pró-pobre, mas não há clareza sobre seus limites ou suas definições exatas e implicações. Em geral, entende-se que o crescimento inclusivo envolve melhorar o número de pessoas desfavorecidas e ao mesmo tempo diminuir as barreiras existentes à obtenção de melhores condições de vida, tornando as oportunidades mais abundantes (RANIERI; RAMOS, 2013).

Antes de abordarmos as políticas públicas de abastecimento promotoras de SAN como potenciais instrumentos possibilitadores desse desenvolvimento inclusivo, ao diminuirmos algumas das barreiras existentes às melhorias de condições de vida da população, faz-se necessário conceituar e refletir sobre as dimensões da SAN. A próxima subseção se encarrega de discorrer brevemente sobre isso.

3.3 A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Dada a importância da alimentação, ainda no ano de 1948 no artigo 25 da Carta das Nações Unidas foi reconhecido o direito de todas as pessoas a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar. A alimentação é um dos fatores essenciais a essa garantia. Com a inclusão desse direito no artigo 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) em 1966, o mesmo ganha ainda maior importância (MUÑOZ; CARVALHO, 2016).

Nos últimos 10 anos, no Brasil, ocorreu a institucionalização normativa do DHANA, por meio da promulgação da Lei Orgânica de SAN - LOSAN nº 11.346/2006. Essa lançou instrumentos necessários à sua operacionalização por meio de políticas públicas, como a Política Nacional de SAN - PNSAN; e criou o Sistema Nacional de SAN (SISAN). Posteriormente em 2010 ocorreu a incorporação do DHANA na Constituição Federal (1988) através da Emenda Constitucional nº 64/2010 (BRASIL, 2010; GUERRA; CERVATO-MANCUSO; BEZERRA, 2019).

A SAN, por sua vez, pode ser definida como o direito de todas as pessoas ao acesso permanente e regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e que respeitem a diversidade cultural, sendo ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Implica, portanto, quatro dimensões essenciais: a disponibilidade física de alimentos, o acesso econômico e físico aos alimentos, o uso dos

alimentos e a sustentabilidade, no tempo, das três dimensões anteriores (BRASIL, 2006; FAO, 2006).

A garantia da condição de SAN, pelo lado da disponibilidade de alimentos, envolve a sustentabilidade do sistema alimentar. Essa envolve a satisfação das necessidades alimentares no curto prazo sem o sacrifício dos recursos naturais renováveis e não renováveis, tornando possível a preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos no longo prazo. No Brasil e em muitos outros países, esta sustentabilidade se encontra seriamente comprometida (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

Atualmente inclui-se ainda na temática da SAN a questão da Soberania Alimentar (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010; BELIK, 2003b). Assim, concretiza a ideia de que além do abastecimento de alimentos suficientes e saudáveis, a visão de SAN precisa problematizar o próprio modo de produção dos alimentos e sua origem (MUÑOZ; CARVALHO, 2016). A soberania alimentar atribui grande importância à autonomia alimentar dos países, com a preservação de sua cultura e hábitos alimentares (BELIK, 2003b; RIBEIRO; PILLA, 2014).

A soberania alimentar defende o direito de cada nação em definir políticas que garantam a SAN e o DHANA de sua população. Representa o direito dos povos em definir suas próprias estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, com base na pequena e média produção, respeitando a diversidade de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura (BOSQUILIA; PIPITONE, 2016; LA VÍA CAMPESINA, 2011; LEÃO, 2013).

A garantia da SAN, enquanto necessidade básica do ser humano, associa-se também a necessidade de conservação da agricultura em modelos capazes de manter sua função alimentar, ambiental e rural (ALMEIDA et al., 2018). As discussões atuais em torno da SAN e a busca da sustentabilidade no campo agroalimentar brasileiro têm apontado a importância da revalorização da agricultura familiar e do reencontro de consumidores com produtores (DEVES; RAMBO, 2013; SOUSA et al., 2015).

Com a intensificação do debate sobre a agricultura familiar no país, em meados da década de 90, abriu-se a possibilidade de classificação da agricultura familiar e da agricultura patronal dentre os estabelecimentos agropecuários, com a adoção do conceito de agricultura familiar a partir do Censo Agropecuário de 2006 (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018; PADUA; SCHLINDWEIN; GOMES, 2013). Além das reivindicações de movimentos sociais do campo, esse início de valorização da agricultura familiar foi impulsionado também pela relevância do setor para a economia nacional, principalmente quando se observa o largo predomínio da agricultura familiar no Brasil (KAGEYAMA; BERGAMASCO; OLIVEIRA, 2013).

A importância da agricultura familiar na promoção da SAN se destaca por sua tendência ao fortalecimento das estratégias de autoconsumo, diversificação e integração das atividades produtivas. Frente ao agronegócio e a comoditização do alimento, a agricultura familiar representa uma busca por cadeias locais e regionais de comercialização, promovendo o desenvolvimento rural sustentável (SCHABARUM; TRICHES, 2019).

A utilização do conceito de SAN nos remete a reflexão sobre como desencadear as políticas de combate à fome. Envolve aspectos mais amplos como distribuição de renda, cultura e educação alimentar das famílias (BELIK, 2003a). A próxima subseção apresentará de forma resumida algumas das políticas públicas recentes que tratam dessa temática.

3.4 Políticas públicas promotoras de SAN

Entre os anos de 2003 e 2008, houve um crescimento econômico bastante satisfatório do país. É importante ressaltar que parte do desempenho econômico nesse período pode ser creditada ao ambiente externo que favoreceu o aumento no preço das *commodities*, beneficiando vários países exportadores, incluindo o Brasil (TINOCO; GIAMBIAGI, 2018).

Esse contexto favoreceu o planejamento e implementação de políticas públicas de SAN no Brasil, o qual se destacou na defesa da SAN no cenário internacional. Além da incorporação da temática na legislação interna, tornaram-se referências as políticas domésticas de combate à fome que permitiram ao Brasil sair do mapa da fome da FAO. Exemplo dessas são o Programa Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (MUÑOZ; CARVALHO, 2016).

O Programa Fome Zero utilizou uma lógica baseada em uma dinâmica *keynesiana* defendendo que a política social é capaz de alavancar o desenvolvimento econômico, e não o reverso, como ocorria ao longo da nossa história. Defendia que o próprio consumo de alimentos poderia alavancar a inserção social produtiva dos setores excluídos (BELIK, 2003b).

Esse programa foi reestruturado com o objetivo de aumentar sua eficiência e seu impacto social, corrigindo e aperfeiçoando o que se fazia necessário, visando conferir maior racionalidade à concessão dos benefícios e condições para seu melhor controle. Como desdobramento ocorreu a unificação dos quatro programas de transferência de renda - Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação, instituindo pela Lei nº 10.836, de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família, que manteve as condicionalidades previstas para os Programas Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação (ARRUDA; ARRUDA, 2007).

O PAA por sua vez é uma iniciativa que visa a promover a estruturação de novas cadeias curtas alimentares, ligando agricultores familiares (produtores) a grupos sociais em situação de risco alimentar (consumidores) (HESPANHOL, 2013; SCHMITT, 2005). É uma ação de fortalecimento da cidadania e promoção do desenvolvimento com a articulação entre as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e os objetivos estratégicos do governo no campo do combate à fome e à desnutrição (SCHMITT, 2005; MDA, 2016).

Além destas políticas públicas, recentemente no Brasil foi formalizado outras ações que compõe um amplo aparato institucional que promove as formas familiares de produção. Além do PAA, são exemplos os Programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), e a Lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (GRISA; PORTO, 2015; HESPANHOL, 2013; OLIVEIRA; JAIME, 2016; SCHMITT, 2005; TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Como reconhecimento da importância do agricultor familiar e como resultado das pressões exercidas por esse segmento, foi que se criou em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (BRASIL, 1995; SALGADO et al., 2017). Sendo instituído no ano de 1996, o PRONAF foi a primeira política pública diferenciada para a agricultura familiar, voltada a proporcionar crédito rural de acordo com as características específicas desse segmento (BRASIL, 1996; DENARDI, 2001; FLEXOR; GRISA, 2016).

Por mais que o financiamento das atividades agrícolas produtivas por meio de créditos subsidiados tenha iniciado a partir da década de 1930, foi somente após a criação do PRONAF, que um número significativo de agricultores familiares passou a se beneficiar de empréstimos subsidiados pelo Estado. No entanto, cabe destacar que essa possibilidade de microcrédito não resolve o problema da pobreza, e sim é apenas um instrumento para sair dela (CAZELLA et al., 2016; SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Apesar dos importantes avanços alcançados pelo PRONAF, sua capacidade de beneficiar amplamente e de forma equitativa a diversidade social do campo foi dificultada pela heterogeneidade do espaço rural brasileiro, e da própria agricultura familiar (PAULILO; STROPASOLAS, 2016). Tem sido questionado pelas dificuldades de sua implementação junto aos agricultores mais vulneráveis e menos capitalizados. Beneficia, principalmente, agricultores familiares consolidados ou em melhores condições socioeconômicas em detrimento das unidades periféricas, mantendo ou até aumentando o “abismo produtivo” existente no campo

(AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018; GRISA; SCHNEIDER, 2014). Observa-se o direcionamento do atendimento para unidades familiares localizadas nas regiões Sul e Sudeste, e para promoção do cultivo de produtos competitivos no mercado internacional, tais como o milho e a soja (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A criação do mercado institucional, representado pelo PAA e PNAE tornou-se um potencial instrumento de promoção da agricultura familiar e de abastecimento alimentar as populações mais vulneráveis. Essas favorecem o desenvolvimento local e proporcionam a oportunidade de unir a promoção à saúde com a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural (PEDRAZA et al., 2018; SCHABARUM; TRICHES, 2019; SCHMITT, 2005). A compra da agricultura familiar pelo PNAE é uma iniciativa de amplo alcance, do ponto de vista conceitual, de execução e de resultados, e uma importante estratégia de SAN, de cumprimento do DHANA e de promoção do desenvolvimento sustentável a longo prazo (SCHWARTZMAN et al., 2017).

Considerada um dos grandes avanços do PNAE, apesar de suas limitações, a descentralização das compras institucionais possibilitou o fortalecimento das cadeias locais de produção e comercialização com a aquisição de alimentos localmente, favorecendo a aproximação dos cardápios aos hábitos alimentares locais. Possibilitou-se também maior participação da sociedade civil no gerenciamento do programa e a inserção no mercado institucional de novos segmentos como o agricultor familiar local (BELIK; CHAIM, 2009; MARQUES et al., 2017; PEIXINHO, 2013; REAL; SCHNEIDER, 2011; SCHWARTZMAN et al., 2017; TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Tem-se, portanto, que o acesso à alimentação está no centro da viabilização de uma das expressões econômicas da equidade. A SAN possui a capacidade de dinamizar o processo de desenvolvimento de uma sociedade, podendo ser um vetor de crescimento econômico do país, articulando diversas iniciativas governamentais. Essa pode ser conseguida com desenvolvimento econômico, desde que orientado por objetivos sociais e por uma visão pautada na ética, na equidade, na sustentabilidade ambiental, na universalização da cidadania e na democracia (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

Sendo assim, as perspectivas da SAN no Brasil dependem de um planejamento que compatibilize crescimento econômico e equidade social. Nesse contexto, o governo pode contribuir com a proposição de políticas públicas voltadas aos respectivos sistemas agroalimentares. Ao proporcionar o alargamento do mercado interno, por meio do ingresso dos excluídos, deve se basear também em critérios de justiça social (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

4 Considerações finais

Parte significativa das atividades econômicas do Brasil, se encontram no sistema agroalimentar e assim, esse possui grande importância ao desenvolvimento econômico do país. Não se deve minimizar a importância das tecnologias produtivas e da exportação de alimentos ao cenário econômico do país. Mas também, não se pode menosprezar a importância da produção de alimentos para autoconsumo, geralmente provenientes da agricultura familiar, para a garantia da SAN da população e da Soberania Alimentar do país.

Sendo a SAN um aspecto multidimensional, políticas públicas que busquem sua promoção visam proporcionar a população condições de acesso ao alimento em quantidade e qualidade que sejam adequadas as suas necessidades nutricionais. Assim, as perspectivas da SAN no Brasil dependem de um planejamento que compatibilize crescimento econômico e equidade social. Com isso, a SAN defende condições e oportunidades iguais a todos para a garantia do DHANA.

O desenvolvimento inclusivo exige igualdade de oportunidades no processo de crescimento econômico. Para tal, é fundamental que diversas políticas públicas sejam planejadas e alinhadas a esse tema.

Ao visar não apenas o combate da fome, mas também minimizar o efeito provocado por um processo de desenvolvimento econômico concentrador e socialmente excludente, as políticas públicas de abastecimento promotoras de SAN se tornam importantes instrumentos na promoção de um desenvolvimento inclusivo, ao diminuírem algumas das barreiras existentes às melhorias de condições de vida da população.

O aumento da INSAN entre os brasileiros, conforme evidenciado pela EBIA referente aos anos de 2017 e 2018, apontam para um grande retrocesso nas conquistas anteriores de promoção da SAN da população. Dentre os principais motivos que se pode apontar para esses retrocessos sociais evidenciados a partir do ano de 2014 estão as mudanças dos enfoques das políticas públicas promovidas pelo governo federal após esse período. O enfoque neodesenvolvimentista, focado no desenvolvimento social, voltou a ser deixado de lado após esse período com o retorno de uma posição liberal na política econômica do país.

Vivencia-se uma contradição enquanto país destaque na produção agropecuária, mas com grande parcela de sua população vivendo em INSAN por não ter acesso aos alimentos que necessita. A saúde dos brasileiros é deixada em segundo plano em uma política concentradora de riquezas (AZEVEDO; RIGON, 2016; COCA, 2016; PAULA, 2017). Mais do que nunca, para um

desenvolvimento inclusivo e sustentável, torna-se necessário o fortalecimento da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a distribuição justa de terras e bens, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da agroecologia para a promoção da Soberania e SAN a todos os brasileiros.

Referências

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; PUGLIESI, Lilian; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; CARDOZO, Daiane Roncato; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani. Índice “UFSCar” de Efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 500–512, 2018. DOI: 10.37423/2020.39.

AMANN, Edmund; BAER, Werner. Brazil as an emerging economy: A new economic miracle? **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 32, n. 3 (128), p. 412–423, 2012. DOI: 10.1590/S0101-31572012000300004.

AQUINO, Joacir Rufino De; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123–142, 2018. DOI: 10.1590/1234-56781806-94790560108.

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande De; ARRUDA, Ilma Kruse Grande De. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 3, p. 319–326, 2007. DOI: 10.1590/S1519-38292007000300011.

AZEVEDO, Elaine De; RIGON, Silvia Do Amaral. Sistema Alimentar com base no conceito de sustentabilidade. In: TADDEI, J.A.; LANG, R.M.F.; TOLONI, M. H. A. (org.). **Nutrição em Saúde Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2016. p. 467–478.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Food security and rural development: limits and possibilities of the food acquisition Programme of the family farming in Southern Rio Grande do Sul State, Brazil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61–72, 2010.

BELIK, Walter. **Segurança alimentar: a contribuição das universidades**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. a.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12–20, 2003. b. DOI: 10.1590/S0104-12902003000100004.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595–607, 2009. DOI: 10.1590/S1415-52732009000500001.

BOSQUILIA, Samira Gaiad Cibim de Camargo; PIPITONE, Maria Angélica Penatti. A Soberania Alimentar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Piracicaba (SP) – concepções e redefinições. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 973–983, 2016. DOI: 10.20396/san.v23i2.8647779.

BRASIL. Resolução Banco Central do Brasil nº 2191, de 24 de agosto de 1995. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Diário Oficial da União**, 1995. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf. Acesso em: 24

maio. 2020.

BRASIL. Resolução Banco Central do Brasil nº 2310, de 29 de agosto de 1996. Consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/45783/Res_2310_v1_O.pdf. Acesso em: 24 maio. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 04 out. 2019.

BRASIL. Emenda constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm#art1. Acesso em: 20 maio. 2020.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos (ORG.). **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV/ Expressão Popular, 2015. Disponível em: <http://abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/%0Ahttp://dx.doi.org/10.1016/j.cell.2015.03.015>.

CASTRO, Josué De. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAZELLA, Ademir Antonio; CAPELLESSO, Adinor José; MEDEIROS, Monique; TECCHIO, Andréia; SENCÉBÉ, Yannick; BÚRIGO, Fábio Luiz. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 49–79, 2016. DOI: 10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p49.

CLAPP, Jennifer. **Food**. Cambridge: Polity Press, 2012.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: Construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 32, p. 14–33, 2016.

DALMAZ, Dayane Santos Silva; HIDALGO, Angela Maria; NUNES, César Aparecido. A proposta de desenvolvimento rural e de educação da FAO nos anos 1950 e na atualidade: forjando consensos como disfarce social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. DOI: 10.1590/0102-4698177436.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56–62, 2001.

DEVES, Otávio Diel; RAMBO, Anelise Graciele. Mercados institucionais e a comercialização de alimentos na agricultura familiar: O Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São Pedro Do Butiá – Rs - Brasil. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 147–166, 2013. DOI: 10.17058/redes.v18i1.1622.

DJONÚ, Patricia; RABELO, Laudemira Silva; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; SOUTO, Michael Vandesteem Silva; SABADIA, Jose António Beltrão; JUNIOR, Paulo Ricardo Gorayeb

Sucupira. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e condições de saúde em áreas de risco. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, 2018. DOI: 10.1590/1809-4422asoc0091r1vu1813td.

Food and Agriculture Organization (FAO). **The state of food insecurity in the world 2006: Eradicating world hunger - taking stock ten years after the World Food Summit**. Rome: FAO, 2006.

_____. **Sustainable Diets and Biodiversity: Directions and Solutions for Policy, Research and Action**. Rome: FAO, 2012.

FLEXOR, Georges; GRISA, Catia. Políticas de seguridad alimentaria y agricultura familiar en Brasil: Actores, ideas e instituciones. **América Latina Hoy**, [S. l.], v. 74, p. 39–53, 2016. DOI: 10.14201/alh2016743953.

FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GAVIOLI, Felipe Rosafa; COSTA, Manoel Baltasar Baptista. As múltiplas funções da agricultura familiar: Um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 2, p. 449–472, 2011. DOI: 10.1590/S0103-20032011000200008.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros De; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. v. 3

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 65–79, 2010.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155–180.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul¹. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 481–515, 2008. DOI: 10.1590/S0103-20032008000200008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, p. 125–146, 2014. DOI: 10.1590/s0103-20032014000600007.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída Couto Dinucci. Food: A disputed human right - A thematic focus for comprehension and action in food and nutritional security. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3369–3394, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018249.20302017.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469–483, 2013. DOI: 10.1590/s1982-45132013000300003.

JACOB, Michelle Cristine Medeiros; CHAVES, Viviany Moura. Falhas do sistema alimentar brasileiro: contribuições da geografia literária para o fortalecimento da democracia alimentar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2019. DOI: 10.1590/s0103-73312019290106.

KAGEYAMA, Angela Antonia; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier De. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo

de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, v. 51, n. 1, p. 105–122, 2013. DOI: 10.1590/S0103-20032013000100006.

LA VÍA CAMPESINA. La Via Campesina, The International Peasant's Voice. **La Vía Campesina**, [S. l.], p. 1–2, 2011. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Acesso em: 20 maio. 2020.

LEÃO, Marília. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

MALUF, Renato Sergio; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate - UNICAMP**, Campinas, v. IV, p. 23, 1996.

MARQUES, Paulo Eduardo; RETIÈRE, Morgane; ALMEIDA, Nayla; SANTOS, Carolina Ferraz Dos. A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: estudo de casos em municípios paulistas da região administrativa de Campinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 101–112, 2017. DOI: 10.20396/san.v24i2.8649835.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O que é a agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2019. Brasília: MDA, 2016.

MUÑOZ, Enara Echart; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. A Cooperação SUL-SUL Brasileira com a África no campo da alimentação: uma política coerente com o desenvolvimento? **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 33–52, 2016. DOI: 10.1590/s0103-49792016000100003.

OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes De; JAIME, Patricia Constante. O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 1108–1121, 2016. DOI: 10.1590/S0104-12902016158424.

PADUA, Juliana Benites; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; GOMES, Eder Pereira. Agricultura familiar e produção orgânica: uma análise comparativa considerando os dados dos censos de 1996 e 2006. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 225–235, 2013. DOI: 10.1590/s1518-70122013000200009.

PAULA, Nilson Maciel De. **Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial: contradições e desafios**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; STROPASOLAS, Valmir Luiz. Apresentação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. Edição Especial, p. 7–15, 2016. DOI: 10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p7.

PEDRAZA, Dixis Figueroa; DE MELO, Nadinne Livia Silva; SILVA, Franciely Albuquerque; ARAUJO, Erika Morganna Neves. Evaluation of the National School Food Program: Review of the literature. **Ciencia e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1551–1560, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018235.17832016.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciencia e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909–916, 2013. DOI: 10.1590/s1413-81232013000400002.

RANIERI, Rafael; RAMOS, Raquel Almeida. Inclusive Growth: Building up a concept. **International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG)**, Brasília, 2013. DOI: 10.4324/9781351245944-14.

RAUNIYAR, Ganesh; KANBUR, Ravi. **Desenvolvimento Inclusivo: Dois Artigos sobre Conceitualização, Aplicação e Perspectiva do ADB.** Cidade de Mandaluyong, Filipinas, Banco Asiático de Desenvolvimento. 2010.

REAL, Luciana Correia Villa; SCHNEIDER, Sergio. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do Programa de Alimentação Escolar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57–79, 2011.

RIBEIRO, Cilene Da Silva Gomes; PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Segurança Alimentar E Nutricional: Interfaces E Diminuição De Desigualdades Sociais. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 41–52, 2014. DOI: 10.12957/demetra.2014.6642.

ROCHA, Cecília. A Contribuição da Economia para a análise de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (Orgs.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.

ROSANELI, Caroline Filla; RIBEIRO, Ana Lúcia Cardoso; ASSIS, Luana De; SILVA, Tânia Mara Da; SIQUEIRA, José Eduardo De. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. **Revista Bioética**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 89–97, 2015. DOI: 10.1590/1983-80422015231049.

SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; SILVA, Edson Arlindo; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; CUNHA, Wellington Alvim; SANTOS, Luana Ferreira Dos. Focalização e cobertura do programa de aquisição de alimentos (PAA): Avaliação de sua eficácia nas regiões Brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 55, n. 4, p. 661–678, 2017. DOI: 10.1590/1234-56781806-94790550403.

SANTOS, Tatiana Tomal Brondani dos; TORRES, Ricardo Lobato. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO. In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Anais...Brasília (DF) UnB, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/341422-POLITICAS-PUBLICAS-DE-SEGURANCA-ALIMENTAR-E-NUTRICIONAL-E-A-PROMOCAO-DO-DESENVOLVIMENTO-INCLUSIVO>>. Acesso em: 26/09/2021 19:33

SCHABARUM, Joseane Carla; TRICHES, Rozane Márcia. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: Análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 49–62, 2019. DOI: 10.1590/1234-56781806-94790570103.

SCHMITT, Claudia Job. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, [S. l.], v. 2, n. XIV, p. 78–88, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: UGRGS, 2004. p. 21–50. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.

SCHWARTZMAN, Flavia; MORA, Claudia Andrea Rodriguez; BOGUS, Claudia Maria; VILLAR, Betzabeth Slater. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, p. 1–15, 2017. DOI: 10.1590/0102-311X00099816.

SOUSA, Anete Araújo De; SILVA, Ana Paula Ferreira Da; AZEVEDO, Elaine De; RAMOS, Mariana Oliveira. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 217–229, 2015. DOI: 10.1590/1415-52732015000200010.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163–185, 2006. DOI: 10.1590/s0101-31572006000200001.

TINOCCO, Guilherme; GIAMBIAGI, Fabio. **O Crescimento da Economia Brasileira: 2018-2023**. Perspectivas DEPEC 2018. BNDES, abr.2018. 60 p.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: Reconnectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933–945, 2010. DOI: 10.1590/S0104-12902010000400019.